



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MICHELE BRAIDE TONIATTI RIBEIRO

**ASPECTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO RELACIONAMENTO ABUSIVO:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

FORTALEZA

2020

MICHELE BRAIDE TONIATTI RIBEIRO

ASPECTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO RELACIONAMENTO ABUSIVO: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Esta monografia apresentada em junho de 2020 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO - sob orientação Prof.^a Ma. Teresa Gláucia Gurgel Gabriele Costa.

FORTALEZA- CE

2020

R484a Ribeiro, Michele Braide Toniatti.

Aspectos psicológicos e sociais do relacionamento abusivo: uma revisão integrativa da literatura / Michele Braide Toniatti Ribeiro. – Fortaleza, 2020.

32 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Ma. Teresa Gláucia Gurgel Gabriele Costa.

1. Relacionamento abusivo. 2. Violência contra a mulher. 3. Psicologia. I. Título.

MICHELE BRAIDE TONIATTI RIBEIRO

ASPECTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DO RELACIONAMENTO ABUSIVO: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Esta monografia apresentada em junho de 2020 como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Teresa Gláucia Gurgel Gabriele Costa
Orientadora – Centro Universitário Fametro

Prof.^a Ma. Lorena Brito da Silva
Membro – Centro Universitário Fametro

Prof. Me. José Edson da Silva
Membro – Centro Universitário Fametro

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por ter-me permitido realizar um sonho antigo, dando-me a oportunidade de tornar-me psicóloga e a Nossa Senhora por todo o cuidado e amor com que se faz presente em minha vida.

Aos meus pais, Edna Braide e Michael Toniatti (*in memoriam*), que foram a base da minha educação e formação de caráter, que essa formação acadêmica seja para eles motivo de orgulho.

As minhas filhas, Johanna Braide e Raphaela Braide, que são a razão para que eu busque sempre crescer em todos os aspectos.

A minha sogra, Walkyria Ribeiro, minha maior incentivadora.

A minha querida orientadora, Teresa Gláucia Gabriele, só gratidão e admiração por toda empatia e apoio durante a graduação, especialmente na reta final.

As amigas: Michele Maranhão, Elizângela Lima, Hillary Abreu, Marta Carvalho, Luana de Oliveira e Yara Ribeiro. Amizade que quero levar da faculdade para a vida. Sem elas o caminhar teria sido mais árduo.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o que já foi publicado na Psicologia acerca da temática do relacionamento abusivo vivido por mulheres em relações conjugais/afetivas. O interesse pela temática ocorreu a partir dos atendimentos realizados na clínica escola da instituição de ensino que a autora da pesquisa cursou graduação, na qual observou-se significativa demanda sobre relacionamento abusivo que perpassou o discurso de algumas mulheres atendidas. Sabe-se que a violência contra a mulher, em todas as suas formas, assim como a maneira que elas são tratadas principalmente dentro de alguns relacionamentos aludem à cultura patriarcal e machista que ainda exerce presença nos dias de hoje. No relacionamento abusivo ocorre violência, abuso e maus tratos contra a mulher que violam seus direitos como cidadã, como ser humano. Diante disso, é importante ressaltar a luta do movimento feminista que há décadas vem expondo e indo contra a estrutura social que oprime, exclui e viola a mulher em toda a sua essência. O movimento feminista foi e é essencial na instituição da garantia de diversos direitos às mulheres e na desconstrução da cultura patriarcal e machista. Dessa forma, a fim de contemplar o objetivo proposto o método da pesquisa foi de abordagem qualitativa, objetivos exploratória, procedimentos técnicos bibliográfico e natureza básica. Possuiu como método de coleta de dados a revisão integrativa de literatura. A pesquisa ocorreu nos seguintes bancos de dados: SciELO e BVS, sendo este último utilizadas as bases de dados: Medline, Index Psi e Lilacs. Para a análise dos dados foram selecionados 05 artigos que contemplaram corretamente os critérios de inclusão e exclusão. Como resultado pôde ser observado que, apesar de ser um tema atual de grandes discussões, academicamente não há muitas produções científicas utilizando-se o termo relacionamento abusivo. Entretanto, os artigos abordaram características que são constituintes do relacionamento abusivo, principalmente no tocante à violência de seus diversos tipos, especificamente física, psicológica e sexual, estando elas relacionadas e justapostas aos danos físicos e psíquicos.

Palavras-chave: Relacionamento abusivo. Relações abusivas. Relacionamento tóxico. Violência contra a mulher. Psicologia.

ABSTRACT

The general objective of the research was to investigate what has already been published in Psychology on the subject of abusive relationships experienced by women in marital/affective relationships. The interest for the thematic occurred from the consultations carried through in the clinic school of the educational institution that the author of the research studied graduation, in which it was observed significant demand on abusive relationship that crossed the speech of some women attended. It is known that violence against women, in all its forms, as well as the way they are treated mainly within some relationships allude to the patriarchal and macho culture that still exercises presence today. In abusive relationships violence, abuse and mistreatment occurs against women who violate their rights as citizens, as human beings. In view of this, it is important to highlight the struggle of the feminist movement that for decades has been exposing and going against the social structure that oppresses, excludes and violates women in all its essence. The feminist movement was and is essential in the institution of the guarantee of diverse rights for women and in the deconstruction of patriarchal and macho culture. Thus, in order to contemplate the proposed objective the research method was of qualitative approach, exploratory objectives, technical bibliographical procedures and basic nature. The method of data collection was the integrative literature review. The research occurred in the following databases: SciELO and VHL, the latter being used the Medline, Index Psi and Lilacs databases. For data analysis 05 articles were selected that correctly contemplated inclusion and exclusion criteria. As a result, it could be observed that, despite being a current topic of great discussions, academically there are not many scientific productions using the term abusive relationship. However, the articles approached characteristics that are constituent of the abusive relationship, mainly regarding violence of its several types, specifically physical, psychological and sexual, being related and juxtaposed to physical and psychic damages.

Key words: Abusive relationship. Abusive relationships. Toxic relationship. Violence against women. Psychology.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados da primeira busca	18
Gráfico 2 – Resultados da segunda busca	19
Quadro 1 – Identificação dos artigos selecionados.....	20

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	09
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Relacionamento abusivo	11
2.2 Ciclo da violência	12
2.3 Feminismo e gênero.....	14
2.4 Lei Maria da Penha	15
3.METODOLOGIA	16
3.1 Procedimento de busca e seleção de artigos.....	17
4.RESULTADOS	20
5.ANÁLISE E DISCUSSÕES.....	23
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que atualmente o relacionamento abusivo vem sendo amplamente discutido na sociedade. O estudo sobre esse tema é irrefutavelmente de grande importância, pois nos mostra que o abuso pode vir de inúmeras formas, em alguns casos sem ser identificado pela vítima e em demasiadas circunstâncias advindo de quem ela espera receber afeto.

Inúmeras mulheres vivenciam maus tratos em suas relações conjugais/afetivas, acontecimento que tem se apresentado de forma global desde os primórdios, sem diferenciar idade, religião ou cor, ocasionando para a mulher situações de dor e sofrimento, podendo ser de ordem física, sexual, moral e/ou psíquica, causando sérios problemas à sua saúde, como ansiedade, depressão, uso de drogas e álcool, distúrbio alimentares, entre outros (SILVA; COELHO; NJAINE, 2013).

Segundo Rolim e Falcke (2017), a violência nas relações conjugais/afetivas tem caráter sócio-histórico-cultural e tornou-se um inquietante problema social. Fatores como escolaridade baixa ou privação financeira, uso contínuo de psicoativos pelo companheiro, desigualdade de gênero e patriarcalismo, podem impelir a agressividade no relacionamento e levá-lo a experimentar um processo de violência cíclico. Esse ciclo de violência, conforme Macarini e Miranda (2018), ocorre normalmente em um ciclo formado por quatro fases: de tensão, de agressão, de desculpas e de reconciliação.

Tendo em vista isso, ao longo dos séculos diversos coletivos, em especial o movimento social feminista, trouxe à tona a denúncia da violência contra as mulheres, que na maioria das vezes era sofrida apenas no âmbito privado, ou seja, no lar, como parte do costume patriarcal que naturalizava os padrões de violência contra as mulheres. De acordo com Silva, Coelho e Njaine (2013), o feminismo fomentou a fundação dos primeiros serviços para apoiar as mulheres vítimas de abuso em seus relacionamentos.

No Brasil, em especial a partir da década de noventa, as mulheres em situação de violência passaram a dispor de recursos como abrigos, ONGs, assistência social e de saúde, além da Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que assegurou os direitos humanos da mulher, coibindo e tornando crime a violência sofrida pelas mulheres (LUZ, 2013).

Mesmo assim, apesar de todos os esforços na luta contra a violência perpetrada às mulheres e dos aparatos para as resguardarem, ainda há forte presença da violência, principalmente advindas dos relacionamentos amorosos. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres sofrem mais violência por parte de parentes, conhecidos ou cônjuges, a qual ocorre majoritariamente no espaço residencial e possui as chances de violência aumentadas quando a mesma faz parte do mercado de trabalho (IPEA, 2019).

Corroborando aos dados apresentados, a realização deste trabalho, e a escolha do tema, deu-se através da significativa demanda assistida no período de estágio obrigatório curricular, durante o curso de Psicologia, na Clínica Escola do Centro Universitário Fаметro – Unifametro, onde foi perceptível a escassez de publicações sobre o tema. Dessa forma, a presente pesquisa parte da pergunta-problema: *Como os aspectos psicológicos e sociais que permeiam o relacionamento abusivo vivenciado por mulheres são apresentados na literatura científica?*

Considerou-se como objetivo geral da pesquisa investigar o que já foi publicado na Psicologia acerca da temática do relacionamento abusivo vivido por mulheres em relações conjugais/afetivas, destacando-se as características envolvidas no relacionamento abusivo e a importância do movimento feminista e da Lei Maria da Penha no enfrentamento à violência.

Diante disso, a pesquisa se caracterizou por ser de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico, objetivo exploratório e natureza básica. Assim, o método de coleta de dados mais adequado foi a revisão integrativa de literatura, baseando-se no modelo de Botelho, Cunha e Macedo (2011), o qual é dividido em seis etapas. Os bancos de dados selecionados para o levantamento dos dados foram a SciELO e a BVS. Sendo selecionadas nesse último as bases de dados Medline, Index Psi e Lilacs. Dos 77 artigos encontrados, o resultado dos que foram elencados para análise foi a quantidade de 05 artigos.

Portanto, confirmou-se a escassez de publicações, além dos dados analisados não utilizarem especificamente o termo 'relacionamento abusivo', mas abordar as formas de violência que foram identificadas como constitutivas dos relacionamentos abusivos. Procura-se, então, com essa pesquisa agregar conteúdo à literatura científica sobre essa temática, assim como contribuir teoricamente com os profissionais que atuam com mulheres vítimas de relacionamento abusivo, principalmente os psicólogos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Relacionamento abusivo

As diversas violências sofridas por mulheres nas relações conjugais/afetivas são definidas ou denominadas como relacionamento abusivo, o qual trata-se de um fenômeno universal que perpassa as sociedades desde seus primórdios, mas que ganhou uma maior notoriedade nas últimas décadas, por meio dos movimentos feministas e da criação da Lei Maria da Penha (ALBERTIM; MARTINS, 2018).

Tais relacionamentos são caracterizados por atitudes masculinas que causem ou tenha probabilidade de causar lesão, morte, dano moral ou patrimonial e sofrimento psíquico, psicológico ou sexual à mulher (GOMES; FERNANDES, 2018), apesar de também ocorrerem entre parceiros do mesmo sexo. Segundo Estrela *et al* (2018), as mulheres inseridas em um contexto de relação tóxica, podem experimentar duas ou mais expressões de violência, podendo até mesmo ser atravessada por todas as diversas formas acima citadas.

De acordo com Vieira *et al* (2011), os maus tratos proferidos não fazem distinção entre idade, religião ou cor. Ressalta ainda que ocorrem com mais frequência nas classes sociodemográficas mais pobres, com mulheres que possuem nível de escolaridade baixa, com as que sofreram abuso sexual na infância, mulheres com histórico de transmissão intergeracional de violência, além das que têm companheiros usuários de álcool e drogas com uso pertinente.

O relacionamento abusivo, na maioria das vezes, acontece dentro da privacidade do lar, local que teoricamente seria de abrigo e segurança, onde estas mulheres deveriam sentir-se protegidas, mas que acaba tornando-se lugar de maus tratos e esconderijo de angústia (LUCENA *et al*, 2017). Isso é fomentado, de acordo com Griebler e Borges (2013), por ser um ambiente privativo que inibe intromissão de outros sujeitos.

Os abusos psicológicos e as agressões verbais vivenciadas na conjugalidade, podem acarretar afecções somáticas, manifestando um adoecimento mental e/ou físico que normalmente não são reconhecidos como efeitos da violência experienciada, já que esse tipo de violência não deixa marcas físicas (ESTRELA *et al*, 2018).

A violência física, presente no relacionamento abusivo, se caracteriza por agressões como: tapas, chutes, socos, espancamentos, uso/ameaça de utilização de armas, puxões de cabelo, beliscões, queimaduras, empurrões, tentativas de estrangulamento, entre tantas outras que podem deixar, ou não, vestígios perceptíveis. Em muitos desses casos as mulheres vitimizadas necessitam recorrer ao sistema nacional de saúde, porém em alguns casos, há as que preferem buscar auxílio com algum vizinho ou parente por terem vergonha e medo de se expor (MIRANDA; PAULA; BORDIN, 2010).

Segundo Estrela *et al* (2018), com relação a agressão sexual, muitas mulheres ainda não conseguem percebê-la como forma de violência, principalmente em sociedades de modelos patriarcais, que vislumbram a relação sexual como uma obrigação feminina dentro da vivência conjugal/afetiva, sendo a mulher, por submissão, um objeto passivo do desejo sexual do seu parceiro. Nesses casos não há denúncia de estupro, pois não conseguem perceber que foram violentadas, ocorrendo, portanto, a associação de violência sexual à violência física.

Os maus tratos morais estão fortemente ligados à violência psicológica, e eles impõe um agravo a reputação à imagem da mulher na sociedade em que vive, pois eles ocorrem, geralmente, por meio de calúnia e difamação, inferiorizando-a e ridicularizando-a, afetando assim sua autoestima. Já a violência patrimonial, de acordo com a Lei nº 11.340, acontece quando há destruição, retenção ou subtração de bens patrimoniais, objetos e documentos da mesma (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

2.2 Ciclo da violência

Para Macarini e Miranda (2018), o fenômeno do abuso dentro de um relacionamento é percebido como um processo interacional e cíclico, que acaba por manter uma relação abusiva de forma contínua e diversificada sustentada por um período longo. Ele ocorre em diferentes fases que resultam em um ciclo vicioso, ou seja, ocorrendo repetidamente (PEREIRA, 2018).

O ciclo da violência é caracterizado por quatro fases principais: a de tensão, da agressão, de desculpas e de reconciliação. Na primeira fase, a de tensão, o agressor cria uma atmosfera de insegurança, na qual ele intimida a mulher através de olhares, gestos, atitudes e tons de voz, fazendo com que a mesma se anule e

procure agradar o companheiro na tentativa de burlar a situação tensa (MACARINI; MIRANDA, 2018).

Na segunda fase, de agressão (ou explosão), começam a ocorrer agressões verbais, por meios de gritos, insultos e xingamentos, quebra de objetos, e geralmente evoluem para a violência física. A agressão física vai aumentando de intensidade durante os ciclos consecutivos, podendo chegar à ocorrência de homicídios. Contudo é nesse momento que a mulher cria coragem para fazer uma denúncia contra o agressor (MACARINI; MIRANDA, 2018).

Na fase de desculpas, que é a terceira, o homem, após os maus tratos, tende a atenuar a violência cometida alegando estar arrependido, prometendo que esse tipo de situação não voltará a ocorrer e amparando seu comportamento à fatores de estresse, como problemas no trabalho ou abuso de bebidas alcóolicas. A mulher acaba permanecendo no relacionamento por diversos motivos, entre eles a dependência financeira, o investimento emocional na relação, vergonha de tornar pública a violência (PEREIRA, 2018).

Quando chega a quarta fase, a de lua de mel, de reconciliação, o homem se mostra afetuoso, cuidadoso e carinhoso, intensificando assim o seu pedido de desculpas, levando a mulher a crer que o comportamento do companheiro possa realmente ter mudado e, com esperança, normalmente acaba retirando a denúncia feita anteriormente (MACARINI; MIRANDA, 2018).

Após a última fase do ciclo, com a volta da rotina e o surgimento das tensões, a violência volta a ocorrer, dando início a um novo ciclo. Com a sucessão das ocorrências cíclicas, as fases de desculpas e de lua de mel tendem a diminuir a frequência e intensidade, ficando as duas fases iniciais, de tensão e de agressão, mais exacerbadas, podendo levar o homem a casos extremos, inclusive de homicídio. As vítimas têm uma grande dificuldade de romperem com o relacionamento abusivo e quebrarem esse ciclo (PEREIRA, 2018).

A ruptura de uma relação abusiva pode demorar anos para acontecer, pois muitas mulheres se sujeitam a violência por motivos diversos: medo de morrer, dependência financeira e/ou emocional, ameaças, por vergonha, sentimento de fracasso ante o rompimento, baixa autoestima e algumas vezes até sentimento de culpa pela violência sofrida (GOMES; FERNANDES, 2018)

2.3 Feminismo e gênero

No final do século XIX e início século XX, surgiu um movimento que teve a intenção de combater o modelo social vigente da época, no qual predominava a produção do conhecimento em áreas da ciência, do Direito e da cultura por homens, visto que existia uma hierarquia que considerava as mulheres menos providas de inteligência e força, considerando-as inferiores. Esse movimento é conhecido por Feminismo (DUARTE, 2012).

A primeira onda do feminismo ocorreu na Inglaterra quando um grupo de mulheres, intituladas sufragistas, uniram-se e organizaram-se para lutar pelos seus direitos, sendo o voto o primeiro deles. Esse direito foi alcançado em 1918. No Brasil, o movimento das sufragistas brasileiras também reivindicou primeiramente o direito ao voto, conquistado em 1932 (PINTO, 2010).

Na década de 60, o movimento feminista viveu momentos diferentes no mundo, enquanto na Europa e nos Estados Unidos ele surgia de forma anarquista, no Brasil ele era contido pela ditadura. Porém, foi em meio a esse cenário opressor, através de protestos que conquistas surgiram, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que buscavam aprovar medidas protetivas para as mulheres, as Delegacias Especiais da Mulher, além de vários direitos assegurados na Constituição de 1988 e a criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), reprimindo ainda mais a violência doméstica contra a mulher (PINTO, 2010).

O feminismo foi essencial no combate da violência nos relacionamentos abusivos, pois através de seus esforços e intervenções o assunto ganhou uma maior notoriedade, impulsionando a criação dos primeiros serviços para atender às mulheres vítimas da violência (ROLIM, FALCKE, 2017).

De acordo com Rolim e Falcke (2017), várias linhas dos movimentos feministas utilizam os termos violência de gênero, violência doméstica e violência contra a mulher, para referir-se à violência existente nos relacionamentos amorosos, que acabam sendo provenientes da naturalização da desigualdade de gêneros, construídos ao longo da história das sociedades.

A construção histórica e social baseada nas desigualdades de gênero, na qual traz em seu contexto a mulher como submissa ao homem, sendo, na visão

machista, menos provida de força e inteligência, se perpetua nos dias de hoje, e ainda que a luta das feministas busque coibir o machismo, ele acaba sendo perpassado pelas gerações, especialmente em famílias alicerçadas no modelo patriarcal (SANTOS; MORÉ, 2011).

Para Luz (2013), a ocorrência dessa desigualdade entre homens e mulheres sustenta a violência dentro da conjugalidade, tendo sua raiz no advento do patriarcado, que constitui o homem em um lugar de poder e de dominação nas relações de gênero, no qual cabe a ele o comando das relações familiares e o controle das decisões. Já a mulher, no patriarcalismo, tem atribuições como a maternidade, o cuidado do lar e a dedicação à família.

2.4 Lei Maria da Penha

Antes da Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ser promulgada, no dia 7 de agosto de 2006, a violência contra a mulher era classificada como crime de menor potencial ofensivo, resultando em penas pecuniárias, podendo ser até pagamento de cestas básicas à agredida, medida que suscitava descontentamento e objeção dos movimentos feministas (ROMAGNOLI, 2015).

A Lei Maria da Penha foi assim intitulada, em homenagem a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que após sofrer abusos diários, durante 6 anos de casamento, foi atingida por um tiro disparado pelo próprio marido, em uma primeira tentativa de homicídio, deixando-a paraplégica (LUZ, 2013). Em uma segunda tentativa, ainda devido ao ciúme doentio, atentou contra a vida da esposa por meio de afogamento e descarga elétrica. Após 19 anos de julgamento ele foi sentenciado a uma pena de dois anos de reclusão (ROMAGNOLI, 2015).

Esta lei foi criada com o intuito de reprimir a violência contra as mulheres, tirando os maus tratos do universo do privado para colocá-los como problema do Estado, o qual considera o abuso à mulher, como uma violação dos direitos humanos, providenciando as medidas cabíveis (GRIEBLER; BORGES, 2013). Ela modificou o Código Penal Brasileiro, fazendo com que o agressor de mulher possa ser preso em flagrante ou tenha prisão preventiva decretada, pois a partir da lei, a agressão tornou-se crime (ROMAGNOLI, 2015).

3 METODOLOGIA

O trabalho teve como foco investigar o que já foi publicado na Psicologia acerca da temática do relacionamento abusivo vivido por mulheres em relações conjugais/afetivas. É uma pesquisa de abordagem qualitativa por voltar-se para questões subjetivas. Segundo Minayo *et al* (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa “[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (p.21). Ou seja, ela trabalha com processos, fenômenos e significados que não “[...] podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO *et al*, 1994, p. 22).

A pesquisa também se caracteriza pela natureza básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Quanto aos objetivos, são exploratórios que tem “[...] como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52) que foi investigado. Adotou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, que “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado” (MARCONI; LAKATOS, 2003 p.183).

Diante disso, o método escolhido para a coleta de dados foi a revisão integrativa de literatura, por permitir a utilização de literatura teórica e empírica, o que fornece uma síntese do conhecimento sobre o assunto estudado (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), o processo de revisão integrativa é dividido em etapas, que são descritas a seguir.

A primeira etapa é a identificação do tema e a seleção da questão da pesquisa: compreende a construção da pesquisa. Possuindo a delimitação do tema, a pergunta norteadora, a estratégia de busca, seleção dos descritores e bases de dados. A segunda etapa, é o estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão: através da utilização das bases de dados, há a busca de estudos afinando-se e reorganizando a procura de acordo com o objetivo da pesquisa (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Partindo para a terceira etapa, essa é a identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados: após a busca nas bases de dados, faz-se leitura dos títulos, resumo e palavras-chave dos estudos e, caso não seja suficiente para confirmar se fará parte da pesquisa, lê-se a publicação na íntegra. A quarta etapa é a categorização dos estudos selecionados: nessa etapa ocorre a sumarização e documentação das informações extraídas das publicações científicas, na qual deve

conter aspectos relevantes das pesquisas que foram selecionadas, como metodologia, conceitos, tipo de amostra, tipo de estudo, dentre outros (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Na quinta etapa, há a análise e a interpretação dos resultados: essa etapa é a discussão dos textos que foram analisados. Aqui o pesquisador deixa claras as lacunas encontradas e possibilidades futuras para outros pesquisadores. Por fim, a sexta etapa, a apresentação da revisão/síntese do conhecimento: aqui se apresentam os principais resultados obtidos, contemplando a descrição detalhada da revisão, assim como fornecendo propostas para futuras pesquisas (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

3.1 Procedimento de busca e seleção de artigos

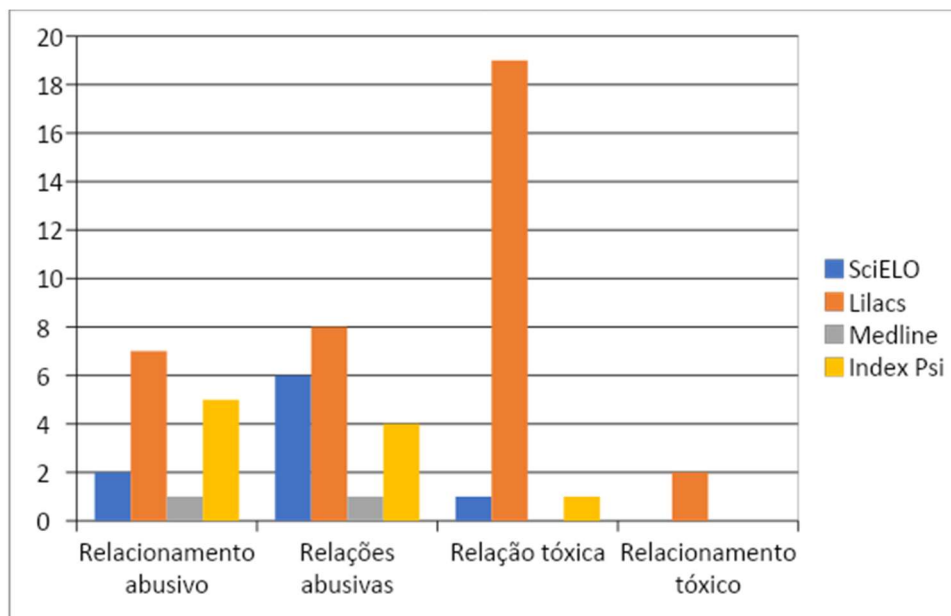
Para a coleta de dados foram utilizados os bancos de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), sendo nesse último selecionadas as bases: Medline, Index Psi e Lilacs. Utilizando-se do recorte histórico de 10 anos, ou seja, do ano 2010 até 2020. As palavras-chave para a procura foram “*relacionamento abusivo*”, “*relações abusivas*”, “*relação tóxica*” e “*relacionamento tóxico*”, combinadas com os descritores “*mulheres*”, “*casamento*”, “*conjugal*” e “*conjugalidade*”.

Foram adotados como critérios de inclusão, os seguintes pontos: textos com idioma em português, na modalidade de artigos científicos, completos na íntegra e que abordam especificamente a questão do relacionamento abusivo experienciado pelas mulheres. Quanto aos critérios de exclusão seguiram-se: textos em língua estrangeira, de outras modalidades que não do formato de artigo científico (por exemplo, teses, dissertações, livros etc.), que estejam incompletos e que não abordam especificamente o tema do relacionamento abusivo.

Os dados foram levantados em dois momentos. Na primeira busca foram colocadas somente as palavras-chaves *relacionamento abusivo*, *relações abusivas*, *relação tóxica* e *relacionamento tóxico*, na data de 21 de maio de 2020. Para refinar a busca foram consideradas apenas as produções disponibilizadas com texto completo, com idioma em português e trabalhos dos últimos 10 anos (2010 a 2020). Contabilizando ao todo: 09 artigos na SciELO, 36 artigos no Lilacs, 02 artigos na Medline e 10 artigos no Index Psi. Ou seja, 66 artigos. Desses artigos, após serem

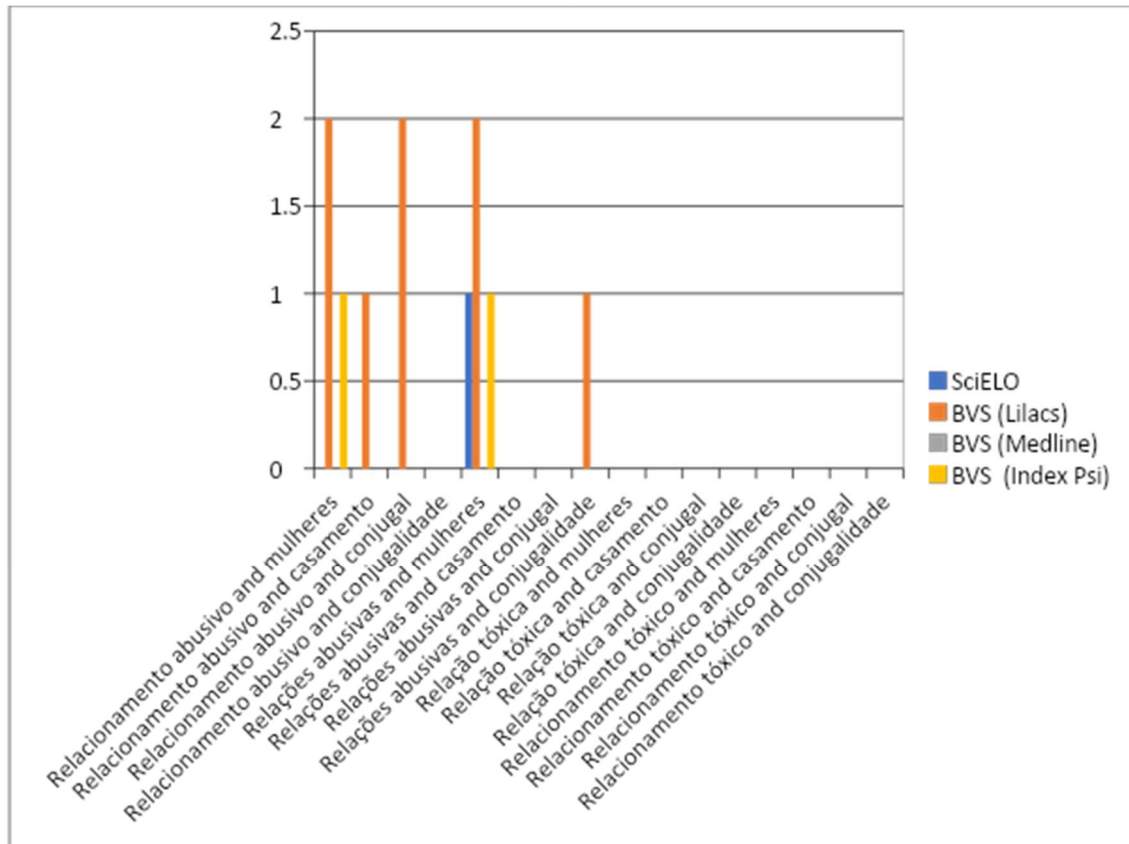
considerados os critérios de inclusão e exclusão, foram descartados 63 artigos e selecionados 03 artigos. A seguir, no gráfico 3.1, apresenta-se o panorama da primeira busca.

Gráfico 1 – Resultados da primeira busca.



No segundo momento, realizadas no dia 22 de maio de 2020, houve o refinamento da busca. Utilizaram-se as mesmas quatro palavras-chaves anteriores, combinando-as com as seguintes: *mulheres*, *casamento*, *conjugal* e *conjugalidade*. Contabilizando ao todo: 01 artigo na SciELO, 07 artigos no Lilacs, nenhum artigo na Medline e 02 artigos no Index Psi. Ou seja, 11 artigos. Desses artigos, após serem considerados os critérios de inclusão e exclusão, foram descartados 09 artigos e selecionados 02 artigos. Possuindo como resultado de busca o apresentado a seguir no gráfico 2.

Gráfico 2 – Resultados da segunda busca.



Dessa forma, das duas buscas realizadas foram selecionados 05 artigos que contemplaram todos os critérios de inclusão e exclusão.

4 RESULTADOS

Apesar de tratar-se de um tema atual e de grande relevância, os descritores utilizados para o trabalho mostraram-se relativamente escassos, sendo encontrados com maior frequência termos como “*violência conjugal*”, “*violência doméstica*” e “*violência de gênero*”. Dessa forma, apenas cinco artigos foram encontrados nas quatro bases de dados pesquisadas, sendo dois deles do ano de 2011, um de 2012, um de 2017 e o último de 2018.

Dessa forma, das duas buscas realizadas foram selecionados 05 artigos que contemplaram todos os critérios de inclusão e exclusão. Os artigos analisados estão identificados, a seguir, no quadro 1.

Quadro 1 – Identificação dos artigos selecionados.

Nº	Autores	Título	Revista	Ano	Tipo de Estudo
01	Moura LBA, Reis PED, Faustino AM, Guilhem D, Bampi LNS, artins G.	Experiências de violência vividas por mulheres do Distrito Federal: estudo descritivo	Revista Brasileira de Enfermagem Online	2011	Estudo transversal de delineamento analítico descritivo.
02	Virginia Moreira, Georges DanielJanja Bloc Boris e Nadja Venâncio	O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos	Psicologia & Sociedade	2011	Pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico crítico.
03	Célia Ferreira e Marlene Matos.	Violência doméstica e stalking pós-rutura dinâmicas, coping e impacto psicossocial na vítima.	Psicologia, Vol. XXVII	2013	Estudo quantitativo
04	Roberta Matassoli Duran Flach e Suely Ferreira Deslandes	Abuso digital nos relacionamentos afetivos sexuais: uma análise bibliográfica	Caderno de Saúde Pública	2017	Revisão bibliográfica integrativa
05	HolandaER, Holanda VR, Vasconcelos MS, Souza VP, Galvão MTG	Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	2018	Estudo retrospectivo transversal

Quanto ao número de autores, observa-se que os artigos encontrados foram publicados por até 3 autores e apenas um artigo foi publicado por 5 deles, não sendo encontrado nenhum autor(a) com mais de uma publicação sobre a mesma tônica. As áreas nas quais foram encontrados não são exclusivas da psicologia, o que aponta que essa temática é pouco explorada cientificamente na área. Desse modo, encontraram-se publicações também em Enfermagem e revistas de saúde, tendo como autores profissionais das ciências sociais e da assistência social.

Com relação à abordagem do estudo, os artigos utilizaram tanto enfoque qualitativo quanto quantitativo, tendo alguns deles empregado ambas as abordagens. Todos os artigos contemplados foram encontrados em periódicos diferentes, sendo assim, não se observou mais de um artigo com o mesmo tema na mesma revista ou plataforma.

Os tipos de violências identificados foram, em sua maioria, física, psicológica e sexual, estando elas relacionadas e justapostas aos danos físicos e psíquicos. A violência física esteve exposta, em quatro trabalhos, mostrando assim a sua prevalência, com maior relevância na violência de gênero, estando isolada ou relacionada a outras formas de violência.

Os artigos analisados, embora trabalhem a mesma questão, possuem objetivos diferentes sendo possível observar o fenômeno de *stalking*, o estigma que muitas mulheres são acometidas, os motivos correlacionados à violência sofrida pela mulher, além de apresentar uma nova expressão de violência, a digital/tecnológica, porém todos mostraram como objeto de estudo a mulher na qualidade de vítima de abuso/agressão em relações heterossexuais. Estes estudos foram produzidos a partir de artigos científicos e/ou de entrevistas às vítimas por pesquisadores da saúde.

O *stalking* (artigo 3), fenômeno abordado em um dos estudos, é uma forma de abuso que apesar de ser vivenciada por bastante mulheres ainda é pouco estudado e conhecido na esfera nacional. Pode ser traduzido como uma forma de violência na qual o agressor tem conduta de assédio insistente, manifestada através de contato persistente e monitoramento da vítima de forma intrusiva e repulsada pela vítima. Esse tipo de agressão prevalece sobretudo após a ruptura do relacionamento, porém o *stalking* pode revelar-se ainda durante a relação.

Outro fenômeno abordado nos estudos (artigo 2), é o estigma da violência em relações abusivas. Estigmatizar é outorgar certa depreciação a alguém, colocando-a

em uma condição de desigualdade, inferiorizando-a e conduzindo-a à situação de sofrimento e vergonha (MOREIRA, BORIS E VENÂNCIO, 2011). Algumas mulheres, que vivem um relacionamento abusivo, podem sentir-se psicologicamente estigmatizadas, evitando tornar público sua aflição por não quererem ser reconhecidas pela sociedade como vítimas de maus tratos, sendo marcadas socialmente como inferiores.

Os artigos também coincidem entre si sobre a ocorrência do fenômeno ocorrer com maior frequência no local domiciliar, não descartando que o mesmo possa acontecer em locais públicos. Os fatores apontados pelos estudos (artigo 05) mostram o álcool e outras drogas como agentes em potencial para o desencadeamento do abuso nas relações, porém não é um fator determinante visto que fatores como desigualdade de gênero, vulnerabilidade socioeconômica, baixa escolaridade, cultura patriarcal e até mesmo adultério, também são produtores de violência contra a mulher

Percebe-se, portanto, como a cultura e as práticas sócio-históricas contribuem para ainda ocorrer a violência contra as mulheres nos seus respectivos relacionamentos. Corroborando com isso, observou-se em um dos estudos (artigo 04) que uma nova modalidade de abuso, o digital, vem sendo disseminado através da cultura de exposição em plataformas virtuais (redes sociais). Normalmente esse tipo de agressão ocorre com a exposição de fotos/vídeos de cunho íntimo sem a autorização da mulher, com o intuito de difamá-la e constrangê-la.

Os trabalhos analisados afirmam que a violência presente nas relações conjugais/afetivas viola os direitos humanos das mulheres. Direitos esses que, como apresentado anteriormente, foram conseguidos, em boa parte, através dos movimentos feministas que contribuíram para alavancar a participação do Estado com a criação de leis, como a Lei nº 11.340/06, além de contribuírem com implementação de políticas públicas adequadas a ajudarem as vítimas a uma mudança de vida.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

De acordo com o que foi debatido até aqui e da apresentação dos dados coletados, percebe-se a importância de se falar sobre os aspectos psicológicos e sociais que permeiam o relacionamento abusivo, sendo a violência (em seus diversos tipos) uma característica que está presente a todo momento, seja de forma sutil ou explícita. Assim, parte-se da pergunta: Como os aspectos psicológicos e sociais que permeiam o relacionamento abusivo vivenciado por mulheres são apresentados na literatura científica?

Nesse contexto, a partir da leitura e análise dos trabalhos selecionados que apontaram para violências sofridas por mulheres em seus relacionamentos afetivos/conjugais, observa-se que apesar de ser um tema bastante significativo atualmente, poucas são as produções científicas sobre o assunto, apontando assim, por ser uma temática ainda pouco estudada nos contextos acadêmicos e científicos.

Percebe-se, pela revisão integrativa realizada, a escassez dos trabalhos, em particular na língua portuguesa sobre o conteúdo analisado, entretanto prontamente conseguimos informações sobre os demais tipos de violência, como a de gênero, doméstica e conjugal que ostentam os semelhantes tipos de maus tratos vivenciados em um relacionamento abusivo.

De acordo com Gomes e Fernandes (2018), os maus tratos podem ser imputados de diversas formas, isolados ou em conjunto, causando desde acometimentos psicológicos, físicos e sexuais, podendo levar à óbito, até danos morais e patrimoniais. Podemos perceber através dos textos analisados que os autores corroboram com essa informação, como podemos constatar em Moreira, Boris e Venâncio (2011), quando definem que:

[...] o conceito de violência contra as mulheres, na medida em que envolve qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, tanto no âmbito público como no privado. Tal definição inclui as modalidades de violência física, sexual e psicológica, que podem ocorrer no domínio público ou no âmbito privado (p.399).

Os autores supracitados, ainda asseveram que geralmente as violências transcorrem tanto na esfera pública como privada, porém Griebler e Borges (2013) e Holanda *et al* (2018) afirmam que no ambiente privativo a incidência é maior, pois ele intimida a interferência de terceiros.

Na maioria dos estudos, em quatro dos cinco textos analisados, a violência física se apresenta com primazia diante das demais, porém nem sempre é denunciada, já que muitas mulheres por vergonha, medo de serem estigmatizadas ou de sofrerem retaliação, acabam buscando ajuda e apoio em familiares e amigos.

No texto sobre abuso digital de Flach e Deslandes (2017), a agressividade se destaca no controle/monitoramento que o agressor sobrepõe à vítima. Com o avanço alucinante da tecnologia e a propagação das redes sociais, os indivíduos acabam naturalizando a exposição excessiva. Algumas mulheres que acreditam estar vivenciando uma relação supostamente baseada em confiança, acabam sendo alvo de violência digital e, além de serem controladas pelo companheiro, podem ter conteúdo de foro íntimo exposto com o intuito de lhe causar dano moral através de:

[...] ameaças, insultos, disseminação de informações privadas, incluindo fotos e vídeos pessoais e roubo de identidade realizada por meio da criação de perfil falso do parceiro atual ou ex-parceiro em rede social, e o controle/monitoramento à vigilância ou invasão de privacidade do parceiro atual ou ex-parceiro a fim de rastrear a última conexão, ou usar a senha pessoal do parceiro sem o seu consentimento para verificar seu e-mail, mensagens, contatos telefônicos, rede social ou até mesmo para monitorar a sua localização por sistema de posicionamento global (GPS), por meio de insistentes contatos telefônicos, ou ainda postando fotos e vídeos com o propósito de humilhar e embaraçar o parceiro [...] (Flach e Deslandes, 2017, p.5).

O abuso moral pode estar atravessado pela violência psicológica, causando assim um grande sofrimento psíquico, levando a mulher a adoecimentos, advindos de somatizações, como quadros de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, problemas de insônia, uso de psicoativos e em alguns casos até suicídio.

A violência psicológica embora traga grande sofrimento à vítima, algumas vezes passa de modo absorto, pois segundo Estrela *et al* (2018), esse tipo de agressão não deixa marcas visíveis, podendo de certa maneira passar despercebido até mesmo pela mulher que vive tal fenômeno, que não reconhece nas palavras ou nos olhares o abuso sofrido, porém seus efeitos podem acompanhá-las pelo resto da vida.

Vários são os fatores relacionados aos maus tratos vivenciados nos relacionamentos abusivos. Os estudos demonstram que o consumo de álcool e drogas incita uma conduta mais violenta por parte dos agressores, porém não necessariamente seja um fator preponderante (MOREIRA, BORIS e VENÂNCIO, 2011). Segundo Holanda *et al* (2018), baixo nível de escolaridade e qualificação

profissional também são fontes de vulnerabilidade frente à violência contra a mulher, pois ela acaba tornando-se financeiramente dependente do companheiro dificultando o rompimento dos ciclos de violência. Tal afirmação é certificada por Moura *et al* (2011), que acrescentam que a infidelidade também é um pretexto para as agressões.

Ainda segundo Holanda *et al* (2019), mulheres com nível de instrução mais elevado tendem a sentir-se mais empoderadas e, quanto mais qualificadas se tornam, mais chances têm de ascender profissionalmente, desenvolvendo, dessa forma, uma melhor autoestima e autonomia. Santos e Moré (2011), validam esse estudo quando afirmam que com limitação na educação, elas findam em trabalhos desvalorizados socialmente e mau remunerados ou ficam postergadas ao trabalho de casa, ocorrendo assim uma total dependência do companheiro, o que acaba por colocá-la em lugar de submissão.

Além da perda da segurança financeira e do estigma social, também se apresentam como motivos de continuidade no relacionamento abusivo: medo do companheiro, temor de perder os filhos, a moradia e o próprio vínculo amoroso, por mais nocivo que seja. A vergonha de revelar publicamente a violência sofrida e a dedicação emocional na relação, mantém as mulheres presas no relacionamento abusivo. Mulheres estigmatizadas, em razão de um relacionamento abusivo, experienciam sentimento de culpa e humilhação, manifestados em uma baixa autoestima. Nessa situação, elas acabam se distanciando do convívio social, privando-se muitas vezes de uma provável rede de apoio (SANTOS, MORÉ, 2011).

Outro fator pertinente ao relacionamento abusivo está relacionado com à questão de gênero, fenômeno histórico e cultural que concorre para a submissão da mulher ao homem e que está enraizado no patriarcalismo, que historicamente tem nos constituído enquanto sociedade e que tem como característica a valorização do poder masculino sobre as mulheres. Segundo Luz (2103), a cultura do patriarcado tem a dominação masculina como a base familiar, valorizando comportamentos machistas e subjugando o papel da mulher na sociedade e até mesmo na família. Comportamentos esses que acabam sendo passados de geração a geração, transmitindo os valores de forma intergeracional, reforçando a noção de que o sexo masculino tem poderio sobre os desejos, as opiniões e a liberdade das mulheres.

Com base nas concepções patriarcais, o ciúme e a desconfiança de traição, aliados a um comportamento controlador, são estímulos para agressão dentro de um

relacionamento abusivo. Conforme Silva, Coelho e Njaine (2013), os homens, diante do fenômeno da traição, sentem-se feridos em sua masculinidade e algumas vezes justificam os maus tratos culpabilizando a mulher, tentando inverter o papel de vítima, responsabilizando-as pela violência à elas dirigida.

Essa violência perpetrada à mulher concerne com a violação dos direitos humanos das mulheres, sendo então fundamental o desdobramento de políticas públicas que as reduzam. Cabe então ao Estado garantir a implantação dessas políticas que assegurem mudanças na vida das mulheres. De acordo com Moreira, Boris e Venâncio (2011), tal medida auxiliaria relações mais equitativas entre homens e mulheres.

A Lei Maria da Penha nº 11.340/06 foi uma grande conquista, surgindo como um marco na política de amparo às mulheres em situação de abuso, considerando que qualquer tipo de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral) contra a mulher configura-se como uma violação aos direitos humanos, assegurando assim que os maus tratos ocorridos contra elas passem a ser um problema do Estado e não mais do âmbito do privado, garantindo dessa forma o encaminhamento necessário.

No entanto, percebe-se a necessidade de fortalecimento e manutenção dos serviços especializados que atendem às mulheres que sofrem violência, principalmente no contexto dos relacionamentos abusivos. Tendo em vista que, como apontado anteriormente, a sociedade brasileira é alicerçada numa cultura patriarcal e machista que ainda hoje continuam a afirmar ideais, valores e atitudes que diminuem a mulher diante do homem.

Portanto, dos trabalhos analisados observou-se a concordância com o que a literatura há anos vem afirmando, apresentando os diversos tipos de violência que as mulheres podem vivenciar dentro de um relacionamento abusivo, além dos fatores que perpassam as violências. Apesar de não ser utilizado nos textos o termo 'relacionamento abusivo', as características que o permeiam puderam ser vislumbradas, como aspectos da violência, a cultura que reafirma as atitudes machistas e violentas do homem sobre a mulher e a relevância de haver políticas públicas que assistam às mulheres vítimas de violência e que sofrem física, psicológica e socialmente em um relacionamento abusivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o que já havia sido produzido, na área da Psicologia, sobre relacionamento abusivo nas relações conjugais/afetivas compreendendo a mulher como vítima mediante as violências, abusos e maus tratos que sofrem em um relacionamento abusivo. Revelou-se, com busca minuciosa, nos bancos de dados acadêmicos e científicos a grande escassez com relação à temática contemplada. Dado relevante que faz pensar o porquê de um tema tão significativo na atualidade ser tão pouco explorado.

Diante disso, aponta-se como sugestão de futuras investigações a abordagem de um procedimento de campo junto às mulheres que sofrem e vivenciam/vivenciaram um relacionamento abusivo ou que um estudo bibliográfico que englobe outros idiomas, aumentando a visão do relacionamento abusivo para uma linha internacional.

A partir disso, percebe-se que pelo recorte utilizado na pesquisa, a principal limitação foi encontrar artigos com a temática selecionada para o estudo na língua portuguesa e na área da Psicologia, o que em partes prejudicou o desenvolvimento do trabalho, fazendo-se necessário por vezes a utilização de termos como violência e agressão.

Verificou-se pelos dados que muitas mulheres experimentam algum tipo de violência nas suas relações, como a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, além de algumas sofrerem perseguição (*stalking*) ou experienciarem uma nova modalidade de abuso, o digital, podendo ser atravessadas por mais de uma violência ao mesmo tempo.

Constata-se que diversas mulheres inseridas em um relacionamento abusivo tendem a viver em um ciclo de violência perpassados por fases que vão de tensão à reconciliação, dificultando a saída delas por motivos, como dependência econômica e/ou emocional, medo de perderem os filhos, vergonha, sentimento de culpa e receio de ser agredida.

O presente estudo mostra que o movimento feminista contribui de forma significativa para a visibilidade dos maus tratos que geralmente ocorriam e eram calados na privacidade do lar. Através desse movimento foram criadas políticas públicas para auxiliar as mulheres na luta pelos seus direitos, prova disso é a Lei Maria da Penha que tornou a violência perpetrada às mulheres como crime.

Em síntese, é necessário abordar e pesquisar sobre o relacionamento abusivo para levar informação às mulheres vítimas desse contexto e aos profissionais que as atendem, para auxiliá-las nesse processo que deixa marcas profundas não somente no corpo, mas psicologicamente também. Levantar discussões sobre a violência, abuso e maus tratos advindos do relacionamento abusivo, ou seja, discutir exatamente sobre a violação dos direitos humanos das mulheres através desse termo é importante. Principalmente por ser um termo que está mais próximo e acessível à realidade das pessoas, por visto na televisão, nas redes sociais e outros meios mais próximos à população.

REFERÊNCIAS

ALBERTIM, Renata; MARTINS Marcelo. **Ciclo do relacionamento abusivo: desmistificando relação tóxicas**. Pernambuco. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2018. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0301-1.pdf>. Acesso em 28 mai 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n.11, p.121-136, 2011. <https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em 04 mar 2020.

DUARTE, Madalena. **O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica** -Coimbra. 2012. Ex aequo. n.25. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0874-55602012000100006. Acesso em 27mar 2020.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Expressões e repercussões da violência conjugal: processos de mulheres numa vara judicial. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v.12, n.9, 2018, p.2418-27. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231013>. Acesso em 13 nov 2019.

FERREIRA, Célia; MATOS, Marlene. Violência doméstica e *stalking* pós-rutura: dinâmicas, *coping* e impacto psicossocial na vítima. **Psicologia**, Lisboa, v.27. n.2, 2013. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492013000200004. Acesso em 27 mai 2020.

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. **Cad. Saúde Pública [online]**, v.33, n.7, 2017. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017000702001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 jun 2020.

FONSECA, Denise Holanda da; RIBEIRO; Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, João Pessoa, v.24, n.2, 2012, p.307-314. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>. Acesso em 14 de maio 2020.

GOMES, Ingrid Raphaelle Rolim; FERNANDES, Sheyla C. S.. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, 2018, v.38, n.94. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006. Acesso em 03 mai 2020.

GRIEBLER Charlize Naiana, BORGES Jeane Lessinger. **Psico**, Rio Grande do Sul, 2013, v. 44, n. 2, pp. 215-225. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11463/9640>. Acesso em 05 de jun 2020.

HOLANDA, Eliane Rolim; HOLANDA, Viviane Rolim; VASCONCELOS, Marilena Silva; SOUZA, Valesca Patriota; GALVÃO, Marli Teresinha Gimenez. Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. **Revista brasileira em promoção da saúde**, Pernambuco, 2018, v. 31, n. 1. Disponível em <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6580/pdf>. Acesso em 08 de jun 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf. Acesso em 19 jun 2020.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; VIANA, Rodrigo Pinheiro de Toledo; NASCIMENTO, João Agnaldo do; CAMPOS, Hemílio Fernandes Coelho; OLIVEIRA, Elaine Cristina Tôres. Associação entre a violência doméstica e a qualidade de vida das mulheres. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, 2017, v.25, p.1-8. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/rlae/v25/pt_0104-1169-rlae-25-e2901.pdf. Acesso em 02 mai 2020.

LUZ, Ariane Faverzani da; LUZ Ariele Faverzani da; LUZ, Janaína Faverzani da. **Violência conjugal contra a mulher e a Lei Maria da Penha: uma análise jurídica e psicológica**. Rio Grande do Sul: Imed, 2013. Disponível em <https://www.imed.edu.br/Uploads/Viol%C3%Aancia%20conjugal%20contra%20a%20mulher%20e%20a%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf>. Acesso em 29 de março 2020.

MACARINI, Samira Mafioletti e MIRANDA, Karla Paris. Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher. **Pensando fam. [online]**, 2018, vol.22, n.1, p. 163-178. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679494X2018000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 out 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Milma Pires de Melo; PAULA, Cristiane Silvestre de; BORDIN, Isabel Altenfelder. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Rev Panam Salud Publica**, São Paulo, 2010, v.27, n.4. Disponível em <https://scielosp.org/article/rpsp/2010.v27n4/300-308/>. Acesso em 02 mai 2020.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, 2011, v.23, no.2. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 jun 2020.

MOURA, Leides Barroso Azevedo; REIS, Paula Elaine Diniz dos, FAUSTINO, Andréa Mathes; GUILHEM Dirce; BAMPI, Luciana Neves Da Silva; MARTINS, Gisele. Experiências de violência vividas por mulheres do Distrito Federal: Estudo descritivo. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**, Brasília, 2011, v.10. N°3. Disponível em <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3534/1050>. Acesso em 17 mai 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev.Sociologia e Política**, v.18, n.36, 2010, p.15-23. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em 29 mar 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª edição: Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 04 Out 2019.

ROLIM, Kamêni lung; FALCKE, Denise. Violência Conjugal, Políticas Públicas e Rede de Atendimento: Percepção de Psicólogos(as). **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, 2017, v.37, n.4. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000400939&script=sci_arttext. Acesso em 27 mar 2020.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Várias Marias: efeitos da Lei Maria da Penha nas delegacias. **Revista de Psicologia**, Belo Horizonte, 2015, v. 27, n. 2, p. 114-122. Disponível em <file:///C:/Users/User/Desktop/Artigos%20TCC/V%C3%A1rias%20Marias%20efeitos%20da%20Lei%20Maria%20da%20Penha%20nas%20delegacias.pdf>. Acesso em 02 jun 2020.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema; NJAINE, Kathie. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, 2014, v.19, n.4, p.1255-1262. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014194.01202013>. Acesso em 16 Out 2019.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, 2011, v.31. n.2. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=en#:~:text=Somado%20a%20isso%2C%20crian%C3%A7as%20e,as%20relacionadas%20ao%20processo%20de. Acesso em 27 de março 2020.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; PERDONA, Gleici da Silva Castro, SANTOS Manoel Antonio dos. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, 2011, v.45. n.4, p.730-7. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n4/2647.pdf>. Acesso em 16 de maio 2020.